

Autoras | Authors

Rita de Cássia A. Abrantes dos Anjos
r.abrantes2@gmail.com

Thamara Maria de Souza
tmasouza@hotmail.com.br

EDUCAÇÃO HÍBRIDA E INCLUSÃO**HYBRID EDUCATION AND INCLUSION**

Resumo: o artigo discute convergências entre inclusão e educação híbrida. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, a partir da análise de aspectos conceituais, de dispositivos legais e de produções acadêmico-científicas. Conclui que há estreita relação entre processos inclusivos e o ensino híbrido.

Palavras-chave: inclusão educacional, educação híbrida, convergências.

Abstract: the article discusses convergences between inclusion and hybrid education. It is a research of bibliographical character, from the analysis of conceptual aspects, legal devices and academic-scientific productions. It concludes that there is a close relationship between inclusive processes and hybrid education.

Keywords: educational inclusion, hybrid education, convergences

INTRODUÇÃO

A Educação Híbrida, atualmente, tem sido um tema cada vez mais discutido nos ambientes educacionais quando se pensa em inovações na área da educação. Ela não se restringe a metodologias ativas ou a equipar as salas de aula com programas de computador; envolvem processos de mobilidade, de conectividade e de acessibilidade, o que indica possíveis relações com outro tema muito presente nas discussões de educadores, de gestores e de desenvolvedores de políticas educacionais, a Inclusão. O ensino híbrido constitui um campo de conhecimento ascendente, mas ainda em fase de exploração, especialmente quando relacionado à inclusão, apontando a necessidade de pesquisas para ampliação desse conhecimento e sua contextualização. Este artigo busca analisar as convergências entre Inclusão e a Educação Híbrida. Trata-se de pesquisa de caráter bibliográfico, que apresenta o Estado do Conhecimento sobre a temática, a partir da análise de aspectos conceituais, de dispositivos legais e de produções acadêmico-científicas. Para o estudo, foram utilizados como aporte teórico: Horn e Satker (2015), Moran (2015), Bacich; Neto e, Trevisani (2016), que discutem o Ensino Híbrido. E, autores que tratam sobre a Inclusão: Mantoan (2006), Carneiro (2008), Sasaki (2010) e Mazzotta (2011).

DISCUSSÃO E DESENVOLVIMENTO

No Brasil, durante muito tempo, a escolarização das pessoas foi privilégio de um grupo, e a escola serviu como reprodutora de desigualdades sociais contribuindo com a exclusão social. Com o processo de democratização e universalização do acesso à escola tornou-se uma grande preocupação, atualmente, tornar essa escola cada vez mais inclusiva e capaz de atender a todos com qua-

Recebido em: 13/09/2018

Aceito em: 15/07/2018

lidade. Nesse sentido, a escola tem buscado repensar sua organização e suas práticas pedagógicas a fim de desenvolver nos alunos habilidades necessárias para exercer sua plena cidadania. São muitas as estratégias que a escola tem utilizado para melhorar os processos de ensino-aprendizagem, mas poucas se mostram realmente eficientes.

O atual contexto, globalizado, passou a exigir da escola um ensino voltado para novas maneiras de aprender com as tecnologias. Dentre as diferentes propostas de implementação do uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, o modelo denominado Ensino Híbrido, é um deles. Importa, dessa forma, esclarecermos alguns conceitos.

Os conceitos são imprescindíveis para a compreensão das práticas sociais, pois trazem discursos que por sua vez estão intimamente ligados à sociedade na qual se encontram imersos. Acompanham a evolução de certos valores o que possibilita analisar ações, programas, serviços e políticas sociais nas quais estamos envolvidos (KASSAR, 2010). Assim, o modo como a educação é desenvolvida representa conceitos, muitas vezes implícitos que influenciam a forma de trabalho dos profissionais e, conseqüentemente, o resultado das aprendizagens dos alunos, independente da modalidade de ensino. Desse modo, é importante conhecermos bem alguns conceitos que inspiram a educação nos dias atuais e o que há de comum entre eles: inclusão, educação inclusiva e ensino híbrido.

A inclusão é o processo no qual a sociedade se transforma para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas que por algum motivo estão privadas de participar das atividades desenvolvidas na vida dessa sociedade. De acordo com Carneiro (2008), a inclusão é o movimento da sociedade voltado para produzir a igualdade de oportunidades para todos. Em diversos países do mundo a prática da inclusão já é uma realidade, é um processo gerado na luta de movimentos sociais nacionais e internacionais ocorridos principalmente nas décadas de 80 e 90, que buscavam alcançar os direitos fundamentais relacionados sobre tudo à cidadania.

Algumas pessoas utilizam as palavras inclusão e integração como sinônimas, mas a inclusão entra em conflito com o conceito de integração. Apoiados em alguns autores percebe-se que há diferenças significativas entre os dois termos/conceitos. “A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração” (MANTOAN, 2006, p. 19).

Segundo Sasaki (2010), no paradigma da integração, é o indivíduo quem tem de se adaptar à sociedade. Ele é inserido nos sistemas sociais se conseguir, por méritos pessoais, utilizar espaços físicos e sociais, assim como programas e serviços, ou

seja, se não for capaz de se adequar é excluído. Mas, o referido autor entende que nenhuma forma de integração social satisfaz plenamente os direitos de cidadania de todas as pessoas.

“A inclusão social constitui, então um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 2010, p. 39). Para o autor, a inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, equipamentos, aparelhos e utensílios e na mentalidade de todas as pessoas.

Dessa forma, a prática da inclusão fundamenta-se em princípios que consideram a convivência dentro da diversidade humana, a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa. A inclusão, portanto, está presente em diferentes âmbitos: na educação, no lazer, no transporte, dentre outros.

O Brasil tem se destacado pela elaboração de vários documentos que viabilizam a consolidação de leis inclusivas, ressalta-se a atual Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146 de julho de 2015, que altera o conceito de deficiência. A deficiência antes era considerada uma condição biológica da pessoa, agora conforme LBI, ela é o resultado da interação das barreiras impostas pelo meio. Dessa forma, a deficiência deixa de ser uma característica da pessoa, passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade dá às características de cada indivíduo (BRASIL, 2015).

Desse modo, a LBI/2015 é considerada um grande avanço para a inclusão, não apenas das pessoas com deficiência, mas de todas as pessoas. Ela apresenta o conceito de acessibilidade como a possibilidade de qualquer pessoa acessar lugares, informações, produto e serviços sem qualquer tipo de barreira. No artigo 3º da LBI/2015 encontramos o conceito de acessibilidade como a:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015)

Conforme o texto, as barreiras referem-se a quaisquer impedimentos, incluindo obstáculos, atitudes e comportamentos que de alguma forma impossibilitam a acessibilidade a espa-

ços, serviços, informações ou produtos. As barreiras podem apresentar-se de diferentes maneiras, destacamos aqui as:

[...] barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Para os defensores da inclusão, é imprescindível que as instituições de educação eliminem essas barreiras e “adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos estudantes, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todos os alunos com ou sem deficiência” (MANTOAN, 2006, p. 30).

Nesse sentido, Carneiro (2008), descreve a educação inclusiva como um conjunto de processos educacionais decorrente da execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Sendo a inclusão o movimento da sociedade voltado para produzir a igualdade de oportunidades para todos. Sem a promoção da acessibilidade e da quebra de barreiras não há efetiva inclusão.

É importante destacar que quando falamos em inclusão, muitas pessoas tendem a associá-la às pessoas com deficiência, entretanto, conforme Mantoan (2006), a inclusão não se refere apenas a educação de pessoas com deficiência ou que apresentem dificuldades para aprender. A autora chama a atenção ao fato de que a maioria dos estudantes que fracassam nas escolas não vem do Ensino Especial. Mantoan (2006) reconhece que a escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, resultantes da exclusão escolar, da exclusão social e pela forma como o ensino está estruturado. Neste sentido, afirma que a inclusão implica mudança de perspectiva educacional, uma vez que apoia a todos (professores, alunos, pessoal administrativo) para que obtenham sucesso na educação.

Para Mantoan (2006), as instituições consideradas inclusivas preconizam um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que este sistema é organizado em função dessas necessidades. Nesse sentido, Mittler (2003), entende que “a inclusão impli-

ca uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula” (MITTLER, 2003, p. 34).

Coadunando com essas proposições, Sasaki (2010), afirma que educação de qualidade é aquela que atende às necessidades de cada aluno, respeita o estilo de aprendizagem de cada um e propicia condições para o alcance de objetivos individuais. Desse modo, o processo de inclusão desafia os sistemas educacionais em todas as modalidades, pois exige uma ruptura com o modelo tradicional. Nessa perspectiva, Horn e Stake (2015), afirmam que,

o modelo industrial da educação atual, no qual agrupamos estudantes em classes e ensinamos a mesma coisa no mesmo dia, é uma forma ineficaz de aprendizagem para a maioria das crianças. Isso não foi um problema por um longo tempo, antes de termos objetivos diferentes para nosso sistema de ensino, mas se tornou um problema agora que o mundo – e nossas esperanças para nossas crianças – mudou, mas nossas escolas, não (HORN; STAKE, 2015, p. 32).

“Esses modelos precisam também evoluir para incorporar propostas mais centradas no aluno, na colaboração e na personalização” (MORAN, 2015, p. 41). Colaboração e personalização são aspectos da educação híbrida que estão em consonância com os princípios da inclusão. Personalizar significa que as atividades a serem desenvolvidas devem considerar o que o aluno está aprendendo, suas necessidades, dificuldades e evolução, ou seja, focar o ensino no aprendiz (SCHNEIDER, 2015).

Assim, a inclusão busca não somente o atendimento às necessidades individuais, mas “significa descobrir talentos em todas as pessoas individualmente [...], as pessoas não possuem uma mesma e única habilidade” (SASSAKI, 2010, p. 134). A inclusão considera as diferentes formas de aprender e os diferentes ritmos de aprendizagem de cada um, o que também supõe diferentes modos de ensinar.

Nesse sentido, observamos convergências entre princípios da inclusão e educação híbrida. “Ensino híbrido é um programa de educação formal no qual um estudante aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino *online*, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, o lugar, o caminho e/ou o ritmo” (HORN e SAKE, 2015, p. 60). Segundo Moran (2015), as atividades no ensino híbrido podem ser muito mais diversificadas, com metodologias mais ativas que combinem o melhor do percurso individual e grupal adaptando as aprendizagens a cada situação.

Moran (2015) destaca que a educação sempre foi híbrida, sempre combinou vários espaços, tempos e atividades, metodologias e públicos. Reconhece que a educação formal é cada vez mais *blended*, misturada, híbrida, pois ocorre nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais e não somente no espaço físico da sala de aula, sendo essa mescla entre sala de aula e ambientes virtuais fundamentais para abrir a escola para o mundo e, também, trazer o mundo para dentro da instituição.

Assim, como a inclusão, o ensino híbrido:

exige uma mudança de configuração do currículo, da participação dos professores, da organização das atividades didáticas e da organização dos espaços e do tempo” [...] com a possibilidade de oferecer propostas mais personalizadas, para cada estilo predominante de aprendizagem, monitorando-as e avaliando-as em tempo real o que não era possível na educação mais massiva ou convencional (MORAN, 2015, p. 34-35).

O termo Ensino Híbrido “está enraizado em uma ideia de que não existe uma única forma de aprender e que a aprendizagem é um processo contínuo” (BACICH, 2016, p. 680). De acordo com a autora, trata-se de um modelo pedagógico inovador possível, uma vez que combina o uso das tecnologias digitais com as interações presenciais. A ideia é que educadores e estudantes ensinem e aprendam em tempos e locais variados, não sendo necessário abandonar o que se conhece até o momento para promover a inserção de novas tecnologias em sala de aula regular, o benefício é aproveitar “o melhor dos dois mundos” (BACICH, 2016, p. 680).

Outro aspecto a se considerar são as múltiplas realidades brasileiras e a multiplicidade do público discente, pois para a inclusão de todos, considerando suas individualidades e diferenças nas formas de aprender, são também necessárias práticas híbridas de ensino. O ensino híbrido por envolver tecnologias da informação e comunicação possibilita mobilidade, conectividade e acessibilidade, pois, ao se utilizar dessas tecnologias permite à escola integrar-se aos espaços significativos da cidade e do mundo pelo contato físico e digital, promovendo uma verdadeira inclusão no âmbito digital e social (MORAN, 2015).

Nessa perspectiva Cabral (2006), destaca que:

a inclusão digital se assemelha, portanto, à ideia de alfabetização digital, numa equivalência com a perspectiva da alfabetização no processo de inclusão social, voltando o foco para aqueles que também se encontram no próprio contexto de exclusão social, acrescentando a temática da tecnologia digital no

sentido de somar esforços para atenuar essa diferença. (CABRAL, 2006, p. 12)

Para o autor, incluir a perspectiva tecnológica envolve a capacidade de influenciar na decisão sobre a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que significa uma postura que está imediatamente associada a uma perspectiva de inclusão/alfabetização digital, de política pública e de construção de cidadania.

Ao trabalhar com uma abordagem personalizada também implica que os estudantes possam ter uma experiência de aprendizagem individual quando necessitam, mas possam participar de projetos e atividades de grupo quando isso for melhor para sua aprendizagem (HORN e STAKE, 2015). O Ensino Híbrido, entendido a partir desses princípios, é inclusivo.

Assim, o papel do professor nesta perspectiva deve ser o de articulador e não mais o de exclusivo detentor do conhecimento. Cabe aos docentes articularem suas experiências educacionais, seus valores, suas propostas pedagógicas às novas metodologias, ao uso de tecnologias, novas proposições, aos novos currículos, entre outras possibilidades. Dessa forma, os professores precisam se apropriar cada vez mais das tecnologias da informação e comunicação contribuindo para que a escola se torne um ambiente múltiplo de interações presenciais e *online* cada vez mais inclusivo, instrumentado por uma conectividade ininterrupta e uma nova noção de mobilidade física e digital.

PESQUISAS RELACIONADAS

Buscando conhecer as produções acadêmicas mais recentes relacionadas à Educação Híbrida, foi realizado um levantamento de artigos, teses e dissertações, no mês de março de 2018, no Banco de Dados da Scielo Brasil. Considerando a relação ensino-aprendizagem, utilizou-se o descritor “Ensino híbrido/aprendizagem híbrida”, no título, e foram encontrados nesta base de dados, 7 artigos, sendo: 4 relacionados a área da saúde, especificamente à educação médica; 1 na área do ensino de música a respeito da aprendizagem através de práticas híbridas; porém não relacionadas ao aspecto *online* do ensino; 1 no ensino de esportes e, 1 na educação do ensino superior.

O artigo de Valente (2014), que tem por título: “Blended learning” e as mudanças no ensino superior, discute como esse modelo de ensino pode auxiliar na renovação do ensino superior. Analisa as diferentes modalidades do *blended learning* e da sala de aula invertida e como as tecnologias são usadas

em diferentes modelos de implantação dessa abordagem pedagógica. Conclui que a sala de aula invertida tem sido uma solução implantada em universidades, com grande apoio dos colegiados superiores. Os estudos a respeito da percepção, bem como sobre o desempenho dos alunos, apresentam resultados positivos. Reafirma que esta abordagem pedagógica está fundamentada em diversas teorias e concepções a respeito da aprendizagem que indicam que os resultados educacionais podem ser muito mais promissores do que o processo de ensino tradicional baseado em aulas expositivas.

Goudouris; Struchiner (2015), reconhecem que a Aprendizagem Híbrida vem sendo considerada importante na educação médica, mas ainda não está estabelecido quando e qual a melhor forma de incorporá-la. Eles realizaram uma revisão sistemática sobre o tema, do período de janeiro de 2000 a outubro de 2013, concluindo que ainda não é possível esclarecer muitas das questões ainda em aberto sobre o seu uso na educação médica. Segundo os autores é necessário difundir o conceito de Aprendizagem Híbrida para além da simples incorporação de tecnologias no ensino presencial, bem como desenvolver agendas de pesquisa especificamente para esta modalidade de ensino, no sentido de definir sua real contribuição.

O artigo de Costa; Nascimento; Vieira (2016) apresenta estudo que teve por objetivo estruturar e desenvolver um programa de intervenção do ensino dos esportes coletivos de invasão (futsal, basquetebol e handebol) nas aulas de Educação Física por meio de um modelo híbrido de ensino. Segundo os autores, as evidências demonstraram que o modelo híbrido de ensino utilizado na pesquisa pode ser viável na realidade investigada, apesar das dificuldades estruturais encontradas, compreendendo uma importante alternativa aos modelos tradicionais de ensino dos esportes coletivos.

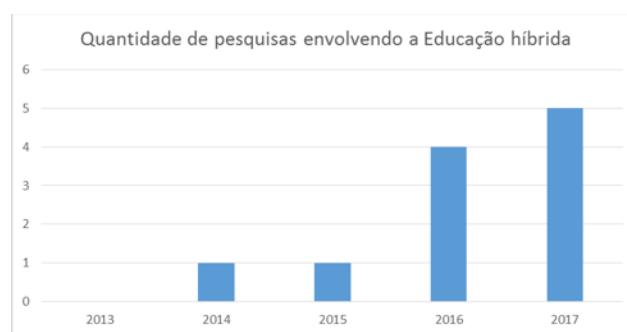
O artigo de Fermoze; Zeraretti; Parbo (2017), sobre estratégias de Blended Learning no ensino de medicina para estudantes do curso de medicina da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), verificou que a maioria dos discentes demonstrou aceitação ao método, maior motivação e capacidade de contextualizar os processos patológicos. Concluiu que o uso de Blended Learning pode proporcionar aos alunos maior contextualização da patologia na prática médica, contribuindo para um aprendizado mais significativo. Outro artigo, não encontrado nesta base de dados, mas relacionado ao ensino híbrido que consideramos importante é o de Bacich (2016), a autora descreve uma pesquisa realizada sobre o ensino híbrido como proposta de formação de profes-

sores para uso integrado das tecnologias digitais nas ações de ensino e aprendizagem. Os resultados obtidos indicaram enriquecimento da prática pedagógica por meio de abordagem metodológica com o uso integrado das tecnologias digitais visando à personalização.

Verificam-se, por meio dessa base de dados, que ainda não são muitas as produções de artigos que têm como foco o ensino híbrido. No entanto, os estudos apresentados nestes artigos indicam contribuição significativa acerca do ensino híbrido para a melhoria das aprendizagens. Cabe ressaltar que as pesquisas identificadas, centram-se na prática de ensino superior.

Também foi realizada pesquisa no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no mês de março/2018, em que se utilizou como descritor o termo “educação híbrida”, de produções realizadas entre 2013 e 2017, utilizando como critérios de inclusão e exclusão: área de conhecimento, de concentração, de avaliação, de educação e de programas de Pós-graduação em Educação. Foram encontradas 42 produções, das quais apenas 11 tem relação direta ou indireta com a área da Educação: 5 teses e 6 dissertações, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para o descritor “ensino híbrido” no Banco de Dados da CAPES só foram apresentadas produções anteriores a 2012.

Os dados mostram que este é um campo de conhecimento ainda em fase de exploração, com poucas pesquisas e instrumentos disponíveis na literatura. Contudo, considera-se que as pesquisas relacionadas à Educação Híbrida vêm crescendo principalmente nos dois últimos anos, 2016 e 2017, no meio acadêmico, o que pode indicar uma ampliação prática do Ensino Híbrido nas instituições, especialmente no Ensino su-

perior e um aumento no interesse pela temática. Os resultados destas pesquisas são apresentados a seguir.

GOETTERT (2014), em sua dissertação sobre a influência das tecnologias no desenvolvimento de estratégias de escrita da Língua Portuguesa por surdos e sua relação com o uso da Língua de Sinais constatou que as aprendizagens de uma segunda língua encontram maior receptividade e sucesso se considerarem as referências imagéticas das pessoas surdas e que a comunicação mediada pelas tecnologias digitais, pela sua característica híbrida, possibilita ao surdo operar melhor no plano dos significantes, na sua expressão sensorial.

Para Tahan (2015), a consolidação de um novo paradigma na educação, com formatos pedagógicos apoiados por Tecnologias de Informação e Comunicação estão cada vez mais avançadas, em plataformas de aprendizagem *online*, e com maior participação do aluno na produção do conhecimento.

Cardoso (2016), investigou a aprendizagem da docência em um espaço híbrido de formação, identificando pouca habilidade para planejar intervenções pedagógicas coerentes com as necessidades das crianças, mesmo se tratando de professoras experientes. Concluiu que, enquanto espaço formativo, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), revelou-se como ferramenta viável para a articulação entre os conhecimentos advindos de seus participantes e para aproximações entre a universidade e a realidade de trabalho das professoras. Enquanto articulador de relações entre teoria e prática, o espaço híbrido potencializou o exercício reflexivo.

Fabian (2016), investigou estratégias docentes que podem ser desenvolvidas para potencializar a aprendizagem de língua estrangeira, por meio de uma perspectiva inventiva, intercultural, multimodal e híbrida. Constatou que, no século XXI, o professor não atua mais somente como um transmissor, mas sim como um curador que compartilha seu conhecimento e constrói novos conceitos e estratégias docentes, a partir do olhar atento às necessidades e transformações da sociedade. Além disso, os estudantes participantes da pesquisa demonstraram relevante envolvimento com as estratégias desenvolvidas, vivenciando um processo de construção do saber de maneira mais significativa às suas experiências de vida enquanto estudantes de uma língua estrangeira.

Ferreira (2016) teve como uma de suas finalidades conhecer/experimentar a cultura escolar diante da cultura digital, refletir o cibridismo na sociedade contemporânea e o ensino híbrido no espaço escolar. Dentre as considerações que a pesquisa aponta, há um destaque para a resistência, ainda, dos usos das TICs e o discurso pautado nas possibilidades didáti-

co-metodológicas. Segundo a autora, os agenciamentos coletivos de enunciação trazem algumas perspectivas para pensar cultura digital no cotidiano escolar, assim como, o pensamento sobre políticas direcionadas à cibercultura.

Pelissoni, (2016), analisou a eficácia de um programa sobre autorregulação da aprendizagem desenvolvido com estudantes universitários no formato de disciplina híbrida e as mudanças em variáveis cognitivas, metacognitivas e motivacionais. A partir de análises quantitativa e qualitativa, apresentou indícios a favor da eficácia da disciplina no formato híbrido. Identificou relatos de variadas mudanças na vida acadêmica durante o período de intervenção, localizadas em seis dimensões da autorregulação da aprendizagem propostas teoricamente (motivação, método, tempo, comportamento, ambiente físico, ambiente social), às quais se somou à dimensão do afeto e estados emocionais, verificando uma rede integrada de condições que contribuíram para que as mudanças ocorressem.

Na busca do desenvolvimento de uma Performance Comunicativa que fosse dinâmica e sistemática, Teixeira (2017), é particularmente atraído pela proposta do Ensino Híbrido. Sua dissertação destaca que nessa nova era digital, personalizada e híbrida, além do conhecimento em uma determinada área, há exigências de compreender e dominar o manejo de múltiplos recursos transmidiáticos, além de articulá-los com o ensino e a aprendizagem. Compreende que o Cibereducador, termo criado pelo autor, está no comando do processo de ensino, mas não como um transmissor oupositor e, sim como um orientador, articulador, um agente especializado e atualizado nos conteúdos específicos de sua área de saber, capaz de manipular saberes e tecnologias efetivamente e significativamente em prol da aprendizagem.

Locatelli, (2017), questiona como a perspectiva do hibridismo e da multimodalidade pode contribuir para repensar o design dos cursos de Pedagogia a distância. Sua pesquisa mostra a importância da relação entre Design e Educação para a elaboração qualificada de um projeto em educação, salvaguardando os aspectos característicos e singulares de cada área: perfil dos estudantes, processo, tecnologia, mediação, contexto, cultura, entre outros. Segundo o autor, para que a perspectiva ecossistêmica, do hibridismo e da multimodalidade se efetive, o Design e a Educação precisam ser considerados, pois a composição de diferentes possibilidades pode gerar projetos capazes de responder aos desafios “da” e “na” formação de um profissional da pedagogia na contemporaneidade.

O tema da tese de Guedes (2017) relaciona-se aos processos emancipatórios digitais de jovens do campo, no contexto

de uma cultura híbrida, multimodal e ubíqua para compreender de que forma o componente curricular Informática Básica pode contribuir para a promoção da emancipação digital cidadã dos jovens do campo, quanto ao seu desenvolvimento pessoal e profissional. Dados da pesquisa apontaram para a necessidade de ampliar a discussão sobre as matrizes curriculares, metodologias e práticas desenvolvidas nos cursos da instituição pesquisada. Um dos resultados foi o desenvolvimento do curso Culturas Híbridas que resultou no desenvolvimento de Projetos de Aprendizagem Gamificados, com jogos analógicos e híbridos que, segundo o autor, contribuíram para ampliar os processos de emancipação digital cidadã dos sujeitos do campo.

Meira (2017) buscou analisar as experiências relativas ao ensino híbrido desenvolvidas no ensino superior no Brasil, por meio da análise de artigos científicos, no período de 2006 a 2016. Considerando as transformações necessárias no âmbito escolar, como a inovação de práticas educativas e pedagógicas, buscou refletir sobre a utilização das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) em prol de uma educação mais articuladas por meio das distintas metodologias, entendendo que as TIC's estão à disposição das pessoas nos diferentes segmentos sociais. Os resultados apontaram que apesar dos desafios com implantação das TIC's, vem aumentando o interesse entre os professores e os alunos em empregar essas ferramentas no processo de ensino e aprendizagem.

O estudo de caso realizado por Vaz (2017). Sua dissertação teve por objetivo identificar e analisar o processo de mediação pedagógica na disciplina Informática e Múltiplos na Educação de um Centro Universitário. O autor identificou que a mediação pedagógica em uma disciplina *online*, juntamente, com elementos de perturbação, comunicação, interação e cooperação pode promover a construção do conhecimento dos estudantes, concluindo que uma metodologia baseada nos princípios da mediação pedagógica e que leve em consideração esses conceitos evidenciados na pesquisa, pode potencializar as relações construídas com os estudantes. Também, destacou que a construção do conhecimento é híbrida e marcada pela coautoria, através da cooperação, que pode ser amplamente explorado no contexto da educação *online*. Essa proposição corrobora com as colocações de Mora (2015), de que a educação sempre foi híbrida, como já mencionado.

Identificamos que as pesquisas que envolvem ensino/aprendizagem híbrida compreendem objetos de estudos variados. Assim, como observamos nos artigos, as recentes pesquisas apontam que este é um campo de conhecimento ascendente. As pesquisas e os instrumentos a respeito da temática têm

aumentado gradativamente nos últimos anos entre os pesquisadores que tentam conhecer como o ensino híbrido tem se materializado na prática em diferentes contextos, confirmando o interesse entre alunos e professores como verificado no estudo realizado por Meira (2017), o que sugere uma expansão de práticas envolvendo esse modelo nos estabelecimentos de ensino.

Contudo, sua maior incidência encontra-se no ensino superior, envolvendo cenários pedagógicos variados, o que supõe a necessidade de pesquisas a respeito de experiências envolvendo essa nova forma de ensinar e aprender, em outros níveis de ensino, uma vez que se mostra tão significativa para as aprendizagens e para o contexto social e global no qual estamos inseridos que exige uma inclusão digital.

CONCLUSÕES

Em um contexto social cada vez mais digital e globalizado exige-se uma educação cada vez mais inclusiva, que contemple a diversidade humana e seja capaz de desenvolver habilidades indispensáveis para o exercício da plena cidadania, o que inclui o direito ao acesso às tecnologias, para que os estudantes possam aproveitar tudo o que elas podem proporcionar. De acordo com o estudo, diferentes autores afirmaram que é necessária a superação de modelos tradicionais de ensino que já não dão conta das demandas atuais.

Embora o avanço no mundo digital tenha ampliado possibilidades, essa incorporação em sala de aula ainda não ocorre de maneira efetiva, já que não se trata apenas de usar o computador nas aulas. A prática inclusiva exige que as instituições se adaptem para promover o desenvolvimento dos alunos, e não o contrário, tendo em vista que os alunos aprendem de formas diferentes e, que cada um tem o seu próprio ritmo e tempo de aprendizagem.

A partir do estudo, verificou-se que há convergências significativas entre educação híbrida e inclusão. O ensino híbrido entendido a partir dos conceitos abordados no texto, é inclusivo na medida em que: propõe um ensino centrado no aluno por meio da incorporação de práticas educativas pautadas na colaboração, na personalização do ensino e, no favorecimento o desenvolvimento da autonomia e o alcance de objetivos individuais e coletivos, ou seja, possibilita a inclusão de cada aluno respeitando sua subjetividade e singularidade.

Outra convergência identificada ao longo do estudo, entre educação híbrida e inclusão, é que ambas indicam a necessidade de que seja considerada a existência e o respeito aos seguintes aspectos relativos ao processo de ensino-aprendizagem dos

alunos: diferentes formas de ensinar e aprender; diferentes níveis e ritmos de aprendizagem; diferentes espaços e tempos para aprender.

A educação híbrida, portanto, ao basear-se na ideia da personalização do ensino como princípio norteador do planejamento pedagógico e na ideia de que educadores e estudantes ensinem e aprendam em tempos e locais variados alinham-se à proposta do ensino inclusivo cujos princípios fundamentam-se na aceitação das diferenças individuais e na valorização de cada pessoa. Com base neste estudo, conclui-se que o ensino híbrido representa uma valiosa alternativa metodológica para inclusão de alunos com ou sem deficiência.

REFERÊNCIAS

- BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. de M. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BACICH, L. **Ensino Híbrido: proposta de formação de professores para uso integrado das tecnologias digitais nas ações de ensino e aprendizagem**. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO; **Anais do XXII Workshop de Informática na Escola**. 2016. p. 679 – 687.
- BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em Fev. 2018.
- CABRAL, F. A. V. **Sociedade e tecnologia digital: entre incluir e ser incluído**. LIINC em Revista, v. 2, n. 2, p. 110-119, set. 2006. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em Abr.2018.
- CARDOSO, L. C. **Aprendizagem e desenvolvimento profissional da docência em um espaço híbrido de formação: o terceiro espaço**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal De São Carlos, São Carlos. 2016.
- CARNEIRO, M. A. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. 2. Ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2008.
- COSTA, L. C. A. da; NASCIMENTO, J. V. do; VIEIRA, L. F. **Ensino dos esportes coletivos de invasão no ambiente escolar: da teoria à prática na perspectiva de um modelo híbrido**. *Journal of Physical Education*, Ago 2016, V.27. 2709.
- FABIAN, G. **A língua estrangeira en acción: estratégias para a docência em contextos híbridos e multimodais**. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 2016.
- FERMOZELLI, J. A; CESARETTI, M. L. R; PARBO, M. L. P. **Estratégias de blended learning (ensino híbrido) no ensino de patologia geral em um curso de medicina**. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial* v.53, nº.3, Rio de Janeiro. May/June, p. 202-209, 2017.
- FERREIRA, H. P. **Máquinas de produção de subjetividade: tecnologias de informação e comunicação no cotidiano escolar**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2016.
- GOETTERT, N. **Tecnologias digitais e estratégias comunicacionais de surdos: da vitalidade da língua de sinais à necessidade da língua escrita**. 2014. Dissertação. Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. 2014.
- GOUDOURIS, E.; STRUCHINER, M. **Aprendizagem Híbrida na Educação Médica: uma Revisão Sistemática**. *Revista Brasileira de Educação Médica*. v.39, nº.4. Rio de Janeiro. Oct./Dec. 620 – 629. 2015
- GUEDES, A. L. **Emancipação digital cidadã de jovens do campo num contexto híbrido, multimodal e ubíquo**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2017.
- HORN, M. B.; STAKER, H. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso 2015.
- KASSAR, M. de C. M. **Uma leitura da educação especial no Brasil**. In: GAIO, R.; MENEGUETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos pedagógicos da educação especial**. 6. Ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2010.
- LOCATELLI, E. L. **Design e educação: projeto de pedagogia a distância em discussão**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2017.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? Como fazer?.** 2. Ed. São Paulo: Moderna. 2006.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6ª ed. São Paulo: Cortez. 2011.

MEIRA, I. de A. **Ensino híbrido: estado do conhecimento das produções científicas no período de 2006 a 2016.** Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2017.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAN, J. **Educação Híbrida: um conceito chave para a educação, hoje.** In: BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. de M. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação.** Porto Alegre: Penso, 2015. P. 27-45.

PELISSONI, A. M. S. **Eficácia de um programa híbrido de promoção da autorregulação da aprendizagem para estudantes do ensino superior.** Tese. Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SASSAKI, R. K. **Construindo uma sociedade para todos.** 8ª ed. WVA: Rio de Janeiro, 2010.

SCHNEIDER, F. **Otimização do espaço escolar por meio do modelo de ensino híbrido.** In: BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. de M. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação.** Porto Alegre: Penso, 2015. p. 67-80.

TAHAN, P. I. M. **O tao da colaboração: um estudo de caso sobre a aprendizagem colaborativa na formação em medicina chinesa.** Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TEIXEIRA, V. R. **Ciberespaço: uma nova ágora para a performance comunicativa através do ensino e da aprendizagem híbrida em filosofia.** Tese. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VALENTE, J. A. **Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida.** Educar em Revista, 2014, nº 4, p. 79 – 97.

VAZ, D. **Mediação pedagógica em educação online: um estudo de caso.** Dissertação. Mestrado em Educação. Centro Universitário La Salle, Canoas. 2017.

CURRÍCULOS

* Professora da SEEDF. Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília.

** Professora da SEEDF. Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília.